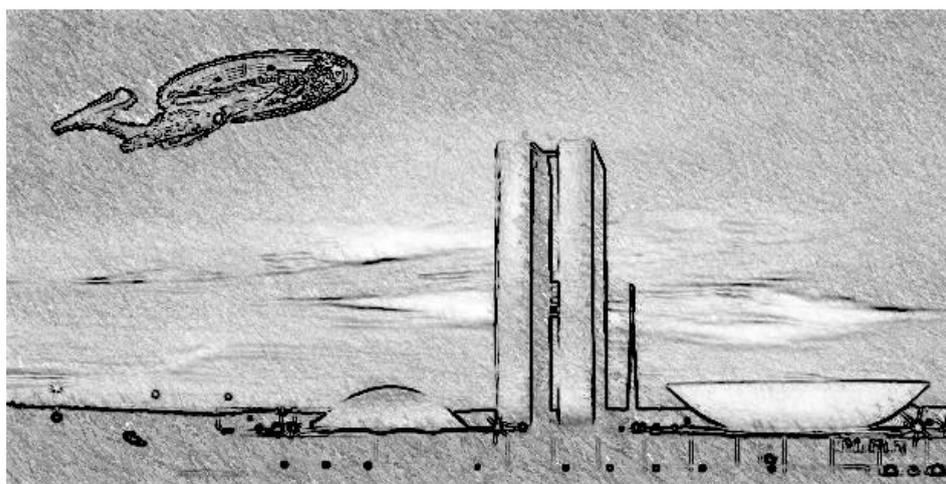


Breve jornada à memória de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)

*Nathália Kneipp**

O célebre seriado americano “Jornada nas Estrelas” mantém seu sucesso há quatro décadas graças à criatividade de seus roteiros de ficção científica, com farto embasamento teórico sobre o futuro que a ciência e a tecnologia reservam para a humanidade. Os tripulantes da *Enterprise* viajam pelo espaço a velocidades superiores à da luz, podendo assim visitar o passado e o futuro. A cada fim de jornada, o capitão da espaçonave registra em seu diário de bordo os acontecimentos presenciados e os conhecimentos adquiridos. O hábito de questionar os seres das novas civilizações encontradas pela tripulação é fonte de aprendizado, procedimento equiparável ao das Comissões Parlamentares ou Comissões de Altos Estudos que costumam convocar o que os franceses chamam de *personnes-ressources* – cuja tradução literal é pessoas-recursos – para transmitir o seu conhecimento sobre um determinado assunto. Outra fonte de saber das personagens da série é a consulta às memórias e registros de outras naves e povos para tentar entender a história do cosmo e das formas de vida nele existentes.



* Nathália Kneipp é jornalista e analista em C&T. Atualmente, faz parte da equipe de Editoração do CGEE.

Em junho de 2002, publicamos uma edição especial da Revista *Parcerias Estratégicas*, contendo a memória da última Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Seu contemporâneo, o Livro Branco de CT&I, inclui propostas estratégicas para o período de 2002 a 2012, refletindo um acompanhamento analítico do governo federal sobre os resultados dos trabalhos realizados no universo da Conferência. Se fosse possível viajar no tempo e dar um “passo” de dez anos para trás, seguindo um caminho diametralmente oposto ao do Livro Branco, seria possível assistir a concepção de um documento de suma importância para a memória da C&T brasileira: o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre as causas e dimensões do atraso tecnológico brasileiro, publicado em 1992 e aprovado pelo Congresso Nacional. Nesta edição, estão publicados a metodologia de trabalho e o parecer desse documento. A CPMI inquiriu cem pessoas com atuação de destaque e conhecimento aprofundado em diversos setores – naval, aeronáutico, aeroespacial, eletrônico, automobilístico, de telecomunicações, agroindustrial, químico, energético, mineral, educacional, de biotecnologia, entre outros. Por sua atualidade e abrangência, essa seção do relatório certamente servirá como estímulo para que estudiosos e profissionais da área de C&T revejam esse trabalho em sua íntegra a fim de conjugar e melhor compreender os vários acontecimentos que fundamentam os processos produtivos da indústria brasileira e os processos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de inovação nas instituições de ensino, institutos de pesquisa, empresas e governos do Brasil.

“E o Brasil na era espacial?” seria a questão que avistaríamos em uma banca de jornais, caso o capitão da *Enterprise* nos desse uma carona ao ano de 1992. A manchete corresponderia à capa da Revista *Ciência Hoje*, em sua primeira edição daquele ano. Em seu editorial – “Crônica de uma recessão anunciada” –, os editores lembram o tema central da 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – “Ciência e sobrevivência” –, assinalando que “as instituições científicas não resistirão à prolongada recessão, aos cortes em seus reduzidos orçamentos, à falta de políticas capazes de administrar uma crise prolongada”. Em seguida a esse editorial, há o artigo de Evando Mirra – “Ensino tecnológico e universidade” – em que o então professor do Departamento de Engenharia Metalúrgica da Universidade Federal de Minas Gerais resgata o mito de Prometeu como alegoria de conhecimentos viabilizadores de progressos e analisa a importância e as possibilidades para se trabalhar o ensino tecnológico no espaço universitário.

Quando surgiu o documento da CPMI, o contexto nacional representava um desses anos que entram para a história antes mesmo de terminar,

pois foi o momento em que “comprovou-se que o próprio presidente da República que chefiava uma quadrilha, que recebia propinas, fazia negociações e empregava uma rede de contas fantasmas para receber dinheiro foi afastado do poder” (Veja, 30/12/92); os arrastões se multiplicavam nas praias do Rio de Janeiro, cidade que acolheu a Eco-92; o massacre ocorrido no complexo penitenciário do Carandiru, em São Paulo, trazia à tona a dimensão da violência e das condições subumanas dos presídios brasileiros, em época de inflação elevada e desemprego recorde no país, entre tantas outras dificuldades. Em 1992, as pesquisas de opinião indicavam que o brasileiro queria, por ordem de prioridade, inflação menor, menos corrupção, mais empregos e escolas melhores. “Naquele momento, nós formamos um grupo de parlamentares – os senadores Roberto Freire, Marco Maciel, Mario Covas, deputado Ariosto Holanda, eu, entre outros – que exerceram liderança a fim de avaliar as dimensões da grave crise que se instalava com a cassação do presidente da República e, por essa razão, o tema de destaque, naquele momento, era a corrupção”, relembra Irma Passoni, que em 1992 exercia seu mandato como deputada federal (PT-SP) e relatora da CPMI. “Era o momento dos grandes questionamentos sobre como encontrar os caminhos para o desenvolvimento econômico e social, o que apontava indiscutivelmente para o desenvolvimento científico e tecnológico em todas as cadeias produtivas. A CPMI teve o mérito de utilizar uma metodologia em que todos os setores encontravam-se representados, em que os participantes se reuniam para conversar, negociar soluções, o que, para a época, representava uma atitude inovadora”, avalia. “O maior ganho que se obteve com esse trabalho foi a formulação de dezenas de propostas para um projeto de construção de um país, o que aos poucos vai ganhando forma. Se àquela época questionava-se, por exemplo, quais seriam os caminhos para a Embraer e para a indústria têxtil, e, hoje, constata-se o sucesso desses setores, está comprovado que o encaminhamento foi correto e esse progresso pode e deve ser multiplicado”, conclui Irma.

Citado no discurso de Glaci Zancan, na sessão especial de abertura da 53ª Reunião Anual da SBPC, em 2001 – “Os desafios dos próximos 50 anos” – e, recentemente, no artigo de Ariosto Holanda e Graça Gadelha – “O discurso do emprego e da segurança” (O Povo, 9/2/02) –, o relatório final da CPMI sobre as causas e dimensões do atraso tecnológico brasileiro revela sua perene vitalidade enquanto marco da reflexão nacional sobre esse tema. Serve para embasar novas análises, somando-se ao ideário da Conferência Nacional e do Livro Branco. Apresenta depoimentos notáveis, de grande lucidez, e que hoje podem ser comprovados como visionários. É o caso de

José Walter Bautista, da Universidade de Brasília, que em agosto de 1991 deu a sua contribuição à CPMI, fazendo uma análise do problema energético. Eis um fragmento de suas declarações:

“(...) essa energia (referindo-se à energia solar) que incide sobre o continente brasileiro é equivalente, por dia, à energia produzida por 300 mil Itaipus funcionando 24 horas por dia. Como um país, com essa exuberância energética, pode viver uma crise energética e montar uma dívida externa por causa dessa crise? (...) Então, a perspectiva industrial, qualquer perspectiva de desenvolvimento não é absolutamente viável sem um parâmetro crucial, que é a questão energética. Sem energia não há indústria, não há agricultura, não há transporte, não há vida, nem do ser humano nem da ameba.”

“Um inquérito para investigar as causas do atraso tecnológico corresponde a um inquérito para investigar as causas da riqueza das nações”, frisa o requerimento que originou essa CPMI. O que os seus trabalhos puderam indicar é que as causas do atraso têm estreita relação com o modelo econômico adotado desde os anos 50 e com as políticas econômicas que o formaram: “estas caracterizam-se por poderosos instrumentos favorecedores da concentração, redundando no controle oligopolista dos principais mercados, além de oferecer condições de fácil predomínio a empresas transnacionais cujos centros tecnológicos se situam nos países mais avançados”. Assim, com a chegada de um novo governo, resta ao Brasil o desafio de tirar proveito de suas memórias, associando ciência, tecnologia e inovação na construção dos alicerces de sua política econômica e industrial para que cheguemos a expressar, no presente, ações transformadoras, embasadas nos conhecimentos disponíveis. Os depoimentos sobre as causas e dimensões do atraso tecnológico brasileiro são um ponto de passagem obrigatório a qualquer ponderação que queira aproximar o estágio pré-civilizatório do país, com seus inúmeros bolsões de miséria, dos sonhados progressos e da qualidade de vida daqueles que estão incluídos na sociedade do conhecimento, existências e conteúdos que, para muitos, ainda soam como as fantásticas histórias de ficção científica.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo do Requerimento nº 417, de 1984, "destinada a investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos setores de produção industrial, bem como suas perspectivas de superação e as medidas a serem tomadas para a sua superação".

CPMI
CAUSAS E DIMENSÕES
DO
ATRASO TECNOLÓGICO

RELATORIA: Deputada IRMA PASSONI

RELATÓRIO FINAL

SENADORES		DEPUTADOS	
Caetano de Almeida	PSDB	Américo de Oliveira	PSDB
Evandro Melo	PSDB	Antonio Carlos	PSDB
João Carlos	PSDB	Cláudio Brandão	PSDB
Miguel Arraes	PSDB	Francisco de Assis	PSDB
Raimundo Lima	PT	João Thomaz Neto	PSDB
Francisco Rullmann	PT	Marcos Antônio	PSDB
Cláudio Passoni	PT		
Mário Covas	PSDB-SP	Presidente: Senador MÁRIO COVAS — PSDB-SP	
Irma Passoni	PT-SP	Relatora: Deputada IRMA PASSONI — PT-SP	
Levy Dias	PTB	Alcides Luz	PSDB
Darcy Ribeiro	PSDB	Miguel Arraes	PSDB
Hay Mascarelli	PSB	João Carlos	PSDB
João Pinheiro	PTB	Levy Dias	PTB
Genivaldo Oliveira	PLA	Armando de Sá	PSB
Edson Siqueira	PT	João Carlos	PSDB

O Relatório

1. INTRODUÇÃO

Por meio da aprovação do requerimento n° 493, de 1991-CN, foi criada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico no processo produtivos da indústria brasileira, bem como no processo de geração e difusão de tecnologia no centros de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa do Brasil.

Subscrita por 204 Deputados e 44 Senadores, a proposta foi acolhida pelo plenário do Congresso Nacional, na sessão do dia 16 de abril de 1991. No dia 23 de maio, foi realizada a reunião de instalação, oportunidade em que o Senador Mário Covas foi eleito presidente, o Deputado César Bandeira, vice-presidente, e a Deputada Irma Passoni, relatora.

No dia 28 de maio, deu-se a primeira tomada de depoimentos. Nessa ocasião, pôs-se em prática a metodologia acertada para a atuação da CPMI, para a realização de painéis, organizados pela convocação de personalidades direta ou indiretamente ligadas ao processo científico e tecnológico nacional, ai incluídos o setor produtivo (como, por exemplo, a indústria automotiva, a eletromecânica, a de material bélico), a universidade, órgãos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento e os meios de comunicação especializados em divulgação técnico-científica.

Ao todo, foram inquiridas cem pessoas, em 22 reuniões de tomada de depoimentos. Acresçam-se a esses números uma reunião especial destinada a ouvir sobre a experiência japonesa, reuniões externas em Campinas e São José dos Campos, duas audiências públicas realizadas também em Campinas e São José dos Campos, além das reuniões internas da Comissão destinadas a questões metodológicas e administrativas.

Os últimos depoimentos foram tomados no dia 24 de setembro de 1991.

1.1 OBJETIVOS DA CPMI

Os objetivos da CPMI estão consignados na justificação aos termos do requerimento que deu origem a ela:

“Um inquérito para investigar as causas do atraso tecnológico corresponde hoje a um inquérito para investigar as causas da riqueza das nações. Este último deu origem à formulação da Economia Clássica.

Para o Brasil, espera-se que a CPI Mista, ora proposta, possa identificar as deficiências que limitam o progresso tecnológico, para permitir estabelecer, em termos nacionais, metas de desenvolvimento científico e tecnológico para o curto, médio e longo prazos.

A atuação governamental nas áreas estratégicas de ciência e tecnologia e seus desdobramentos em política de pesquisa e desenvolvimento tem se mostrado profundamente contraditória. De um lado, o governo apresenta uma nova política industrial, sem especificar os instrumentos de ação. De outro, corta verbas necessárias, diminui orçamento específico, desmonta centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento, desmoraliza as funções públicas afins e seus funcionários, desmobiliza programas de capacitação técnica.

Ora, o governo reconhece que investe apenas 0,74% do PIB em ciência e tecnologia e, assim, reduz sistematicamente os recursos aplicados neste setor. Considerando-se (no caso específico do FNDCT) “o índice 100% para 1975, equivalente a US\$ 253 milhões, chega-se a um índice de 11%, em 1990, ou seja, a apenas US\$ 28 milhões. Em 1985, aplicavam-se 4,1% dos recursos orçamentários em ciência e tecnologia; em 1991, aplicam-se somente 1,5%. Nestes termos, a base tecnológica da indústria brasileira, já hoje defasada em 15 anos (conforme o Secretário de Ciência e Tecnologia reconheceu), em relação aos países desenvolvidos, não faz supor que seria capaz de promover uma renovação tecnológica de modo a tornar a indústria competitiva nos mercados externos e sequer internamente, ante uma provável abertura do mercado brasileiro.

Resultados preliminares de pesquisa conduzida pela Universidade de Campinas, *made in* Brasil, revelam, segundo seu coordenador, Luciano Coutinho, atrasos dramáticos em setores estratégicos da indústria brasileira.

Com base nesses antecedentes, e ainda considerando que:

- 1) inquestionável a importância do desenvolvimento científico e tecnológico no processo de geração de riqueza e aprimoramento do homem brasileiro;
- 2) a formulação de uma política de C&T é essencial para o estabelecimento das metas de financiamento das atividades de C&T dos centros de pesquisa e empresas;
- 3) as ações em C&T são de longo período de maturação (tipicamente com resultados surgindo em prazos de 15 a 20 anos), e, portanto, transcendendo aos períodos de governo;
- 4) os planos oriundos do Executivo naturalmente contemplam os aspectos mais operacionais e imediatos das áreas a que se destinam;
- 5) o atual estágio de capacitação técnico-científica do Brasil necessita ser caracterizado para o estabelecimento da base a partir da qual o Brasil vai desenvolver-se nos próximos 20 anos;
- 6) o Brasil não pode alcançar o desenvolvimento técnico-científico dos países líderes em ciência e tecnologia (EUA, Japão, Alemanha Ocidental), nos próximos 20 anos, por maior que seja o esforço a ser desenvolvido;
- 7) o Brasil dispõe de recursos construídos ao longo dos últimos 50 anos, em termos de instalações e pessoal, que podem, desde que utilizados coerentemente, conduzi-lo a um patamar tecnológico e científico comparável com o de alguns países desenvolvidos;
- 8) o conjunto de ações desejáveis em ciência e tecnologia supera em muito a disponibilidade dos recursos que existirão para essa área;
- 9) a escolha das ações a serem executadas e sua priorização deve ser baseada num planejamento de longo prazo que contemple, claramente:
 - o objetivo a ser alcançado;
 - as metas intermediárias, permitindo o acompanhamento e correção de rumos durante seu prazo de vigência;
- 10) o Brasil já fez no passado planos de desenvolvimento científico e tecnológico e que os resultados desses planos deverão ser considerados para a confecção de planos futuros;

11) o Congresso Nacional constitui-se no foro natural para elaboração e discussão de políticas de envergadura a longo prazo;

12) o Brasil é um país de recursos financeiros e humanos escassos e que essa situação se preservara ainda no prazo longo por essa proposta (20 anos);

13) o Brasil deve determinar o conjunto de áreas que serão elementos-chave para a competitividade de seus produtos e seu desenvolvimento, dado que a disponibilidade de recursos não será suficiente para a cobertura de todas as áreas do conhecimento, o que implica em estimular determinadas áreas, mantidas outras em atividade apenas basal;

14) o Congresso e o ambiente ideal para discussão e o encaminhamento de soluções de compromisso como devem ser as questões que fixam prioridades para atividades desempenhadas pela elite intelectual do País;

15) o Estado brasileiro, como principal financiador das atividades de ciência e tecnologia no País, deve acoplar essa atividade a solução dos problemas nacionais. O Congresso tem o poder e a responsabilidade de, sob esta ótica, encaminhar estas decisões.

Em assim Considerando, para não frustrar a esperança no futuro da Nação, que tem o direito a aspirar ao desenvolvimento de sua base material em fundo do progresso técnico e científico, dada a transcendental importância do assunto, requeremos o esforço conjunto de ambas as Casas do Congresso para instituir, nos termos do Regimento Comum, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para os fins acima definidos.

1.2 METODOLOGIA DE ATUAÇÃO

De acordo com deliberação do plenário da Comissão, estabeleceram-se as seguintes diretrizes metodológicas necessárias ao fiel cumprimento de seus objetivos:

- a) identificação das áreas de conhecimento e setores do sistema produtivo, fundamentais para a diminuição do *gap* científico e tecnológico do País;
- b) elaboração de um roteiro para cada apresentação, objetivando posterior análise do conjunto de depoimentos;

c) escolha de depoimentos que cubram os setores econômicos e áreas-chave para relatar experiências concretas nessas áreas, com especial ênfase para a existência de contraponto e trotes entre os depoimentos de uma reunião;

d) análise da informação dos depoimentos, segundo roteiro estabelecido, com o intuito de:

- traçar um quadro geral da situação do País, em vários setores;
- avaliar as experiências passadas no que tange a políticas e instrumentos utilizados, identificando as falhas e acertos em planejamento e execução dessas políticas;
- coletar um cenário possível do País para balizar o estabelecimento de políticas (industrial, educacional, regional e de financiamento) e outros instrumentos de competência do Congresso Nacional;
- levantar os meios necessários e processo de acompanhamento dos vários setores para atingir o cenário desejado, fatorando necessidades comuns aos setores analisados;
- possibilitar a elaboração de um parecer destinado a subsidiar o Congresso Nacional na análise dos planos e orçamentos oriundos do Executivo, como também antecipar a formulação de proposições legislativas.

1.3 CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS DEPOENTES

Procurou-se identificar as áreas-chave e os setores econômicos envolvidos no processo, de acordo com os seguintes critérios:

- a) expressão econômica atual e potencial;
- b) potencial de absorção das novas tecnologias oriundas dessas áreas-chave, por cada qual dos setores;
- c) estado-da-arte da tecnologia mundial e oportunidades de mercado dos produtos;
- d) efeito multiplicador do setor frente a economia.

A partir de tais critérios básicos, foram identificadas as seguintes áreas do conhecimento, como passíveis de influência pelo avanço técnico-científico:

- a) biotecnologia e engenharia genética;
- b) informática e comunicações;
- c) novos materiais;
- d) química fina;
- e) ecologia.

Finalmente, como receptores da tecnologia gerada, estabeleceu-se a audiência prioritária dos setores econômicos que se seguem, como dinamizadores dos processo de desenvolvimento científico e tecnológico:

- a) indústria de base;
- b) indústria aeroespacial, naval e bélica;
- c) indústria petroquímica;
- d) agricultura;
- e) complexo eletro-eletrônico;
- f) setor de serviços.

1.4 METODOLOGIA DAS REUNIÕES

Em função das indagações preliminares que condicionaram a convocação da CPMI, estabeleceu-se um roteiro mínimo, porém flexível, a ser seguido pelos depoentes, a fim de direcionar inclusive a elaboração deste Relatório e do Parecer.

Ressalte-se que, a partir do conjunto de depoimentos realizados em cada uma das sessões, era dada a palavra, por ordem de inscrição, aos membros da Comissão, para que inquirissem os depoentes naquilo que seus depoimentos não chegaram a elucidar.

Esse roteiro indicava o seguinte:

a) Estágio atual do setor (aspectos de C&T relevantes para o tragado de uma perspectiva histórica até a presente configuração)

Sob essa perspectiva, o conjunto de informações solicitado deveria constituir-se de:

- 1) indicadores e potencial econômico do setor (por exemplo, percentual do PIB, perfil de mão-de-obra, entre outros);
- 2) políticas governamentais relacionadas com o setor, tais como a política industrial, a política de incentivos e subsídios, a política de capacitação tecnológica, a política de financiamento, a política educacional e a política de desenvolvimento regional;
- 3) resultados produzidos pelo setor, comparados com o planejamento previamente proposto;
- 4) instrumentos de difusão de tecnologia.

b) Perspectiva de longo prazo para o setor (10 anos)

Esta parte do depoimento deveria fornecer propostas factíveis e desejáveis para o setor, com ênfase nos aspectos relevantes de C&T. A caracterização do cenário almejado compreenderia:

- 1) a configuração do potencial econômico do setor a luz dos indicadores adotados;
- 2) a descrição qualitativa e quantitativa de recursos humanos que suportam o cenário;
- 3) a configuração desejada de produtos e tecnologias;
- 4) o atendimento do mercado interno e inserção dos produtos no mercado externo.

c) Proposta de viabilização do cenário almejado

Esta parte do depoimento deveria mostrar o conjunto de medidas e políticas necessárias para a condução do setor, a partir do estágio atual, caracterizado na parte "a".

Para o cenário descrito na parte “b”, seriam contemplados os seguintes aspectos:

- 1) necessidades de planejamento para o setor e impacto sobre outros setores;
- 2) políticas e instrumentos necessários (política industrial, agrícola, educacional e regional);
- 3) necessidade de recursos humanos e processo de treinamento;
- 4) necessidade de recursos e perfis de financiamento;
- 5) relação de dependência com o exterior, na apropriação de tecnologias, processos e produtos;
- 6) critérios de acompanhamento para o processo e metas intermediárias.

Esse roteiro objetivou tornar possível a consolidação dos depoimentos por meio de uma visão integrada dos vários setores, ainda que referentes a atividades e áreas do conhecimento bastante diversas. No entanto, deixou-se claro aos depoentes que sua intervenção não deveria limitar-se ao estabelecido pelo roteiro.

1.5 - CALENDÁRIO DAS REUNIÕES

As reuniões foram realizadas de acordo com o calendário, o temário e os depoimentos que se seguem, tendo em vista as premissas que orientaram os termos de convocação da Comissão.

Dia 23-5-91 – 1ª Reunião instalação

Dia 28-5-91 – 2ª Reunião

Relatório sobre a situação tecnológica da indústria brasileira e a constituição de um sistema de inovação no Brasil

Depoentes: Dr. Luciano Coutinho
Presidente da Fundação Economia de Campinas
Dr. Wilson Suzigan
Assessor da Fundação de Economia de Campinas
Dr. João Paulo Dos Reis Veloso
Presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais -IBMEC

Dr. Jorge Gerdau Johannpeter
Presidente do Grupo Gerdau

Dia 29-5-91 – 3ª Reunião

Reavaliação do roteiro dos trabalhos

Dia 4-6-91 – 4ª Reunião

A desarticulação do complexo eletrônico no Brasil – segmentos da área de hardware, software e eletrônica embarcada – diagnósticos e proposições

Depoentes: Prof. Jose Rubens Dória Porto

Presidente do Instituto de Economia da Unicamp

Dr. Victor Blatt

Diretor-Superintendente da SID/Microeletrônica

Dr. Nelson Peixoto Freire

Diretor de Tecnologia da Associação Brasileira das Industrias Nacionais de Eletroeletrônica - Abinee

Dia 11-6-91 – 5ª Reunião

A situação da pesquisa científica e formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico

Depoentes: Prof. Enio Candotti

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

Dr. Manoel Malheiros Tourinho

Diretor-Administrativo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Prof. Moises Nussenzweig

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Fernando Zlavislask

Diretor do Instituto de Física da UFRS

Prof.ª Tânia Cavalhal

Presidente da Associação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Língua e Literatura

Prof. Roque Laraia

Presidente da Associação Brasileira de Antropologia e Professor da Universidade de Brasília - UnB

Dia 17-6-91 – 6ª Reunião

Ciência e tecnologia na indústria naval e bélica

Depoentes: Almirante-de-Esquadra Mário César Flores

Ministro de Estado da Marinha
Dr. Marco Bernardini vice-presidente da Abimaq

Dia 18-6-91 – 7ª Reunião

Ciência e tecnologia no complexo aeroespacial

Deponentes: Dr. José Sousa Santos

Diretor-Financeiro da Empresa Brasileira de aeronáutica -
Embraer

Dr. Marco Antonio Raupp

Ex-Diretor-Geral do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- Inpe

Major-Brigadeiro-do-Ar Sergio Xavier Ferolla

Diretor do Centro Técnico Aeroespacial - CTA

Dr. Eduardo Antonio Prado Tude

Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de São
Paulo

Dia 24-6-91 – 8ª Reunião

Impactos da liberalização na política de informática

Deponentes: Dr. Fuad Gattaz Sobrinho

Diretor-Executivo da Empresa Brasileira de Pesquisa
Agropecuária - Embrapa

Dr. Paulo Roberto De Mattos

Diretor de Fabricação e Tecnologia da IBM BRASIL

Dr. Lourival do Carmo Mônaco

Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Dr. Cláudio Mammana

Secretário-Adjunto de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento
Econômico do Estado de São Paulo

Dr. Paulo Feldman

Presidente da Sociedade dos Usuários de Informática - Sucesu

Dia 25-6-91 – 9ª Reunião

Ciência e tecnologia no complexo automobilístico

Deponentes: Dr. João Augusto Conrado do Amaral Gurgel

Diretor-Presidente da Gurgel

Dr. Jacy Mendonça

Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos
Automotores - Anfavea

Prof. Jose Roberto Ferro

Professor do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos - SP

Dr. Jose Mindlin

Presidente da Metal Leve

Dr. Carlos Rocha

Presidente da Associação Brasileira das Industrias de Componentes e Periféricos - Abicomp

Dia 27-6-91 – 10ª Reunião

Reunião de trabalho - reavaliação do roteiro

Dia 5-8-91 – 11ª Reunião

Dependência nacional no setor de fármacos e química fina e as políticas de marcas e patentes

Depoentes: Dr. Dante Alário Júnior

Presidente da Alanac

Dr. Kurt Politzer

Presidente do Conselho de Administração das Indústrias Químicas Taubaté

Dia 6-8-91 – 12ª Reunião

Ciência e tecnologia no complexo agroalimentar e as políticas de marcas e patentes

Depoentes: Dr. Murilo Xavier Flores

Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Dr. Ney Bittencourt Araújo

Presidente da Agrocerec

Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e ex-presidente da Embrapa

Dra. Tânia Munhoz

Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama

Dr. Guilherme Emrich

Diretor-Presidente da Biobrás

Dr. Nelson Brasil De Oliveira

Presidente da Abifina

Dia 13-8-91 – 13ª Reunião

Dependência tecnológica e legislação de proteção à propriedade industrial

Depoentes: Dr. Roberto Braz Matos Macedo

Secretário Especial de Política Econômica
Deputado Federal Luiz Henrique
Ex-ministro de Estado de Ciência e Tecnologia
Dr. Luiz Paulo Veloso Lucas
Diretor do Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria
Nacional de Economia
Dr. Jose Diniz de Souza
Presidente da Eletrometal Prof. Ubirajara Quaranta Cabral
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/
COPPE
Dr. Mário Arruda
Superintendente do Instituto para Estudos do Desenvolvimento
Industrial - IEDI

Dia 15-8-91 – 14ª Reunião

Dependência científica e tecnológica e as políticas nacionais

Deponentes: Prof. José Goldemberg

Secretario de Ciência e Tecnologia
Dr. Renato Bayma Archer Da Silva
Ex-ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Prof. José Walter Bautista Vidal
Professor do Departamento de Ciência e Administração Contábil
da UnB
Dr. Paulo Paixão
Presidente do Dieese
Prof. Nelson Maculan Filho
Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Dia 19-8-91 – 15ª Reunião

Processo de difusão de ciência e tecnologia através dos meios de comunicação

Deponentes: Jornalista Fabíola de Oliveira

Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico
Prof. Luiz Martins da Silva
Professor da Faculdade de Comunicação da UnB
Jornalista Murilo Antônio de Carvalho
Rede Bandeirantes
Jornalista Heloísa Magalhães
Gazeta Mercantil
Jornalista Sérgio Brandão
Vídeo Ciência Produções Ltda.

Jornalista Fernando E. Correa
Vice-presidente da Rede Brasil-Sul de Comunicações

Dia 20-8-91 - 16ª Reunião

Ciência e tecnologia e as políticas regionais

Depoentes: Deputado Federal Ariosto Holanda

Ex-Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Ceará

Dr. Irundy Edelweiss

Ex-Diretor do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento - Ceped

Prof. Laércio Nunes e Nunes

Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Dr. Aloísio Barbosa

Diretor-Executivo do Centro de Análise, Pesquisa e Inovação

Tecnológica - Fucapi

Dr. Roberto Oliveira Aguiar

Presidente da Fundação de Amparo a C&T de Pernambuco

Dia 26-8-91 - 17ª Reunião

Ciência e tecnologia e as telecomunicações

Depoentes: Dr. Leôncio Vieira Rezende Neto

Diretor-Superintendente do CPqD/Telebrás

Dr. Walter Eduardo Teixeira Machado

Diretor-Presidente da ABC XTAL Microeletrônica

Dr. José Mauro Leal Costa

Diretor de Tecnologia do Grupo ABC Algar

Dr. Mauro Porto

Secretaria Nacional de Comunicações

Prof. Milton Ferreira

Professor da Universidade Federal de São Carlos

Dr. Allen Habert

Diretor do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo

Dia 27-8-91 - 18ª Reunião

Reunião de trabalho

Dia 2-9-91 - 19ª Reunião

Ciência e tecnologia na agroindústria

Depoentes: Dr. Antônio Cabrera

Ministro de Estado da Agricultura e Reforma Agrária

Dr. Jaime Penna Shutz

Diretor-Superintendente da Metalúrgica Dedini
Prof. Maurílio Alves Moreira
Presidente do Conselho de Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa
Dr. Paulo Brasil
Secretário de Planejamento da Irrigação
Dr. Otamar De Carvalho
Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf
Dr. Abraham Kazinsky
Presidente da Cofap

Dia 3-9-91 – 20ª Reunião

Políticas educacionais, ensino de ciência e formação de recursos humanos para ciência e tecnologia

Deponentes: Prof. Octávio Elísio

Secretario de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais
Prof. Lauro Pio de Miranda
Diretor-Técnico do Senai

Dia 9-9-91 – 21ª Reunião

Inovações tecnológicas no setor de saúde

Deponentes: Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior

Diretor do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek
Dr. Hermann Schatzmayr
Presidente da Fundação Osvaldo Cruz - Fiocruz
Dr. Adib Jatene
Instituto do Coração - Incor/SP
Dr. Uriel Vilas Boas
Presidente do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisa da Saúde e do Ambiente de Trabalho - Diesat
Prof. Fernando Infantose
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia - Coppe-UFRJ

Dia 10-9-91 – 22ª Reunião

O sucesso do setor de papel e celulose

Deponentes: Dr. Armando da Silva Figueira

Diretor-Presidente da Aracruz Celulose
Dr. José Carlos Pisani

Vice-presidente da Associação dos Fabricantes de Papel e Celulose
Dr. Hans Lauermann
Diretor-Executivo da Voith Máquinas e Equipamentos S/A
Dr. Raul Speltz - Indústrias Klabin

Dia 16-9-91 - 23ª Reunião

Ciência e tecnologia no complexo energético

Depoentes: Dr. Aureliano Chaves

Ex-Ministro das Minas e Energia

Dr. Jorge Altenfelder

Consultor de Projetos de Usinas

Dr. Frederico Magalhães Gomes

Assessor Especial para Ciência e Tecnologia da Eletrobrás

Dia 17-9-91 - 24ª Reunião

O sucateamento de indústrias: causas e conseqüências

Depoentes: Dr. Venilton Tadini

Diretor do BNDES

Dr. José de Miranda Dias

Presidente da Elebra

Dr. Plínio Assmann

Ex-presidente da Cosipa

Dr. Deusdedit Carvalho de Moraes

Presidente da Associação Brasileira de Instrumentação e Sistemas Técnico-Científicos - Insiste

Dr. Rolf Hundertmark

Assessor da Insiste

Dia 23-9-91 - 25ª Reunião

Absorção e fomento em ciência e tecnologia

Depoentes: Dr. Lourival do Carmo Mônaco

Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Prof. Marco Luiz dos Mares Guia

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque

Ex-presidente do CNPq

Prof.^a Eunice Ribeiro Durhan

Diretora-Geral da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - Capes/MEC

Dia 24-9-91 - 26ª Reunião

Ciência e tecnologia no complexo mineral

Deponentes: Dr. Roberto Villas Boas

Diretor-Geral do Centro de Tecnologia Mineral - Cetem

Dr. Wilson Nélio Brummer

Presidente da Companhia Vale do Rio Doce

Dr. Elmer Prata Salomão

Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral
- DNPM

Dr. Celso Dal'Re Carneiro

Coordenador da Divisão de Geologia e Recursos Minerais do
IPT/SCT/SP

Dia 1º-10-91 - 27ª Reunião (Especial)

Avaliação de estratégias nacionais em ciência e tecnologia

Expositor: Dr. Jiro Maruhashi

Adido Cultural e de Imprensa da Embaixada do Japão

O Parecer

1. MUDANÇA NO QUADRO MUNDIAL

A questão do atraso científico e tecnológico e das suas conseqüências econômicas têm estado presente na pauta de discussão política e das ações governamentais no Brasil e em diversos outros países, inclusive alguns como a Inglaterra e os Estados Unidos que há muito tempo são considerados avançados em termos científicos, tecnológicos e industriais. Isto não ocorre por acaso ou coincidência.

As profundas mudanças que o mundo vem atravessando tem uma raiz comum: os processos tecnológicos novos e profundamente transformadores. O conhecimento científico está cada vez mais presente e é mais importante no mundo da produção e na vida social.

Os efeitos destas transformações não podem ser ignorados: os valores estabelecidos passam cada vez mais a ser questionados, como o lugar das empresas, dos setores de atividade e dos países; a posição das qualificações profissionais e dos trabalhadores; e o papel e o lugar das políticas públicas. Em muitos países, incluindo os industrialmente mais avançados e aqueles cuja liderança era, até muito recentemente, considerada indiscutível, isto vem provocando acalorados debates e com eles vão ganhando cada vez mais força, novas idéias sobre o espaço que cabe aos indivíduos, ao mercado e a política pública na reconstrução do sistema econômico e produtivo – que inclui as instituições de ensino e pesquisa.

2. O QUADRO BRASILEIRO

O atraso científico e tecnológico é comum a diversos países, mas é particularmente grave na situação brasileira. As transformações profundas que vêm ocorrendo no mundo todo – e que tem modificado a posição relativa de países, e contribuído para o colapso de sistemas sociais e políticos –

ocorrem num momento especialmente grave para os países, menos desenvolvidos, às voltas com problemas de endividamento e instabilidade, que tem sérios efeitos (como os acontecimentos da Venezuela e do Peru, e os saques no Brasil).

No Brasil, além disso, este quadro difícil agrava-se pela presença de outras características. O desenvolvimento anterior deu-se de uma forma que manteve persistentes desigualdades regionais (como mostram as regiões menos desenvolvidas), de parcelas das atividades econômicas (é o caso de alguns segmentos da agropecuária, dos serviços e mesmo da indústria) e de grupos sociais (fato patente por indicadores de condição social, do consumo alimentar e da situação educacional, da saúde e da moradia).

Até a entrada dos anos 80, foi possível manter aquelas desigualdades e os seus efeitos de forma relativamente atenuada, encobertas pelo crescimento econômico, que permitia camuflar tanto o atraso como a exclusão e as diferenças sociais. No momento em que a crise econômica eclodiu e ao mesmo tempo se intensificaram as transformações no cenário internacional, o atraso brasileiro tornou-se patente.

A situação anterior era de mudanças graduais no cenário internacional, permitindo aos países atrasados, como o Brasil, irem incorporando as mudanças, por duas vias diferentes. Uma via era a dos esforços genuínos dos sistemas nacionais – incluindo os sistemas produtivos e também a infraestrutura educacional e científica e tecnológica; a outra via era a da importação das tecnologias ou sua incorporando – muito restrita e limitada em termos de efeitos – por intermédio de empresas estrangeiras.

O Brasil utilizou principalmente este último mecanismo; e a importância que tem as empresas estrangeiras no sistema industrial, assim como o relativo isolamento em que continuam muitas das instituições científicas e tecnológicas, mostra-o de forma muito clara. Há diversas e importantes exceções, como a CPMI teve a oportunidade de registrar e analisar, mas elas são muito mais exceções do que a regra.

Nas atividades produtivas diretas, um primeiro grupo de exceções diz respeito aquelas empresas privadas que procuraram fortalecer-se e a sua posição na economia por meio de atividade inovativa, que exigiu pesquisa, laços duradouros com o sistema científico e tecnológico, aprimoramento da qualidade dos produtos, qualificação e treinamento dos trabalhadores e aperfei.

çoamento dos processos de trabalho e produção. Um segundo grupo de exceções é o das empresas públicas mais importantes e em áreas estratégicas, que vão da extração mineral a produção e insumos de uso geral, e incluem, também, as telecomunicações e o complexo aeroespacial. Neste caso, e apesar dos problemas identificados, houve até mesmo resultados que são importantes em termos internacionais, como na extração de petróleo em condições específicas, na produção de insumos e equipamentos para telecomunicações ou de aviões.

Quanto às instituições de ensino e pesquisa, as deficiências e o isolamento não poupam nem mesmo aquelas cujos vínculos com as entidades empresariais deveriam ter propiciado estímulos recíprocos e crescente aprimoramento. Assim, os casos de exceção que a CPMI identificou servem para ajudar a identificar fatores que podem contribuir para reformar as instituições e formular novas políticas. Algumas destas instituições, no entanto, encontram-se totalmente sujeitas as descontinuidades das políticas superiores, a escassez e irregularidade das verbas, bem como a constante ameaça de êxodo de seus pesquisadores e técnicos, e de quebra na continuidade dos seus projetos.

Ressalvados alguns êxitos, mercê de excepcional competência, o que a CPMI observou com mais freqüência foram situações de atraso. As causas disso residem no modelo econômico implantado desde os anos 50 e nas políticas econômicas que o formaram. Estas caracterizaram-se por poderosos instrumentos favorecedores da concentração, redundando no controle oligopolista dos principais mercados, além de oferecer condições de fácil predomínio a empresas transnacionais, cujos centros tecnológicos se situam nos países mais avançados. Esse padrão obrigou também a maior parte das empresas locais a adquirir pacotes fechados, o que fez pagar por tecnologia, sem qualquer possibilidade de assimilá-la. A distância entre o setor produtivo e os centros e institutos de pesquisa decorreu das coerções do próprio mercado, condicionadas pelas políticas econômicas, daí derivando, também, o imediatismo que se atribui aos empresários. A proteção comercial ajudou a garantir reservas de mercado para produções de transnacionais e de empresas locais tecnologicamente dependentes: a solução desse descabro estrutural não está em realizar uma abertura comercial, destinada a liquidar uma industrialização mal realizada; ao contrário, como o defeito está na estrutura competitiva, de mercados e de acumulação local de capital e tecnologia, são esses os campos onde há de atuar.

3 - EVIDÊNCIAS DO ATRASO E NECESSIDADE DE MUDAR

A principal evidência de atraso que o debate público e oficial tem apresentado é a da baixa qualidade e freqüente falta de competitividade dos produtos brasileiros. No entanto, esta evidência é muito incompleta e parcial, pois em nenhum momento ela é relacionada à falta de atendimento das necessidades fundamentais dos brasileiros e a própria ausência de preocupação para com a sua situação pessoal e profissional. Nenhuma análise do atraso é adequada se enfatiza as coisas e ignora as pessoas e as suas necessidades e aspirações, que deveriam ser o objetivo final das políticas e sem as quais nenhuma política é possível.

4. OS QUADROS INTERNACIONAL E BRASILEIRO E A MUDANÇA

O primeiro passo para se conseguir superar a situação de atraso uma compreensão adequada dos quadros internacional e brasileiro. Esta compreensão precisa evitar a armadilha das interpretações mais ideológicas do que reais, pois estas impedem o reconhecimento de fatos e dimensões fundamentais da realidade.

As mudanças que estão ocorrendo no quadro internacional mostram que mesmo os países mais poderosos não tem asseguradas as condições para a manutenção do seu progresso. Não basta ter as empresas e os mercados, pois uns e outros podem ser fragilizados e conquistados por sistemas mais capazes de conseguir uma adequação e rápida transformação dos fluxos de ciência e tecnologia em produtos.

Assim como o acesso à ciência e à tecnologia é importante para a liderança em termos econômicos, mas não basta; a superação do atraso também não pode ser obtida simplesmente pelo acesso a produtos e técnicas modernas, pois eles podem ser inadequados – se distantes de nossa realidade e necessidades –, e insuficientes, pois ter e usar não equivale a compreender, a saber usar.

O desenvolvimento industrial brasileiro e o papel quase sempre secundário que nele teve o sistema científico e tecnológico mostram como produzir os artigos que simbolizam o progresso, ou deles dispor, nem sempre andam juntos com o domínio dos conhecimentos necessários para que o progresso seja efetivo e permanente. Ter sem conhecer torna a capacidade de produção

frágil, efêmera, inatingível naquilo que tem de mais importante, que são as capacitações técnicas e humanas que ela exige, os desdobramentos que possibilita, as novas técnicas a que proporciona acesso e que permite desenvolver ou incorporar de forma efetiva. Por isto, setores e atividades que no passado pareciam modernos e fortes mostram-se hoje tão vulneráveis e ameaçados.

A experiência internacional mostra que nenhum país conseguiu superar o atraso sem ter uma estratégia. Mesmo aqueles países que puderam, em determinados momentos, atingir ou assegurar uma posição destacada sem ter uma política estratégica clara, estão hoje cada vez mais propensos a reconhecer a sua necessidade. Os países formulam estratégias e desenham políticas e instituições capazes de efetivá-las.

A superação do atraso e das dificuldades começam pela compreensão clara das possibilidades e dos respectivos requisitos, exige o envolvimento dos indivíduos, das empresas e das instituições de uma forma geral, mas a diretriz cabe a política, de que nenhum governo pode abrir mão, especialmente em nome de princípios cuja validade em todos os países a realidade vem desmentindo.

A formulação de uma política estratégica para a superação do atraso deve ainda levar em consideração a realidade nacional, que não se confunde com a de países que já puderam resolver, mais ou menos amplamente, alguns dos problemas básicos que ainda afligem os brasileiros. As possibilidades da ciência e da tecnologia são muito vastas. Exatamente por isso a escolha das áreas e dos instrumentos mais adequados devem estar voltados para a realidade e os problemas brasileiros, que tem condenado amplas parcelas a exclusão, a vida em condições indignas, longe das oportunidades de trabalho e do mercado. Qualquer estratégia deve, portanto, priorizar diretrizes que possam incluir estes brasileiros, dando-lhes oportunidades de trabalho e de vida, assim como acesso a produtos que satisfaçam as suas necessidades e aspirações.

5. RECOMENDAÇÕES

Assim sendo, este parecer recomenda a adoção das medidas que se seguem:

- 1.** Propor ao Congresso Nacional que, por ocasião da análise das diversas propostas orçamentárias enviadas pelo Executivo, nos setores da educa-

ção e da ciência e tecnologia, o objetivo seja o de consolidar o papel político das diversas Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a fim de que haja:

- a) um desenvolvimento científico e tecnológico articulado com as demais políticas governamentais, no sentido do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e da redução dos problemas sociais, regionais e setoriais do País;
- b) a consolidação da base técnico-científica brasileira, particularmente pelo estímulo a uma maior interação entre os diversos agentes atuantes nos campos da educação, da ciência e da tecnologia;
- c) a articulação da política educacional com a política de ciência e tecnologia, e ambas com as políticas industrial e agrícola, bem como com as demais políticas sociais, regionais e setoriais.

2. Propor a criação, no Poder Legislativo, de um Centro de Altos Estudos para assessorar o Congresso Nacional, com envolvimento da sociedade e dos seus agentes nos segmentos:

- a) da produção do conhecimento;
- b) da geração tecnológica;
- c) do setor produtivo;
- d) dos organismos de financiamento;
- e) dos pesquisadores e dos trabalhadores do setor de ciência e tecnologia;
- f) dos representantes das indústrias pública e privada, em todos os campos de atividade, especialmente nas áreas das tecnologias sensíveis e de ponta.

3. Sugerir ao Poder Executivo que apresente uma política educacional ao Congresso Nacional de largo espectro e com objetivos semelhantes aos adotados pelos países que lograram desenvolvimento científico, econômico e tecnológico, que atenda as seguintes propostas e linhas de ação:

- a) integrar o sistema de educação e qualificá-lo para atender mais amplamente a sociedade e promover a capacitação científica e tecnológica do País;

- b) adotar medidas que atenuem a evasão escolar (80%) da 1° a 2° séries do primeiro grau; melhorar o rendimento escolar e reduzir o analfabetismo;
- c) resgatar o papel da escola normal;
- d) revitalizar o ensino de 2° grau, não somente como preparação para o ensino superior, mas também conferindo-lhe um caráter terminativo e profissionalizante;
- e) intensificar a formação de quadros intermediários para atender as demandas tecnológicas do país, recuperando a proporção de técnicos e tecnólogos em relação a população de engenheiros;
- f) comprometer o conteúdo de ensino da escola do 2° grau com a educação científica e tecnológica;
- g) promover a reinstalação dos liceus de artes e ofícios no país para a preparação de mão-de-obra, ao invés de buscar a simples erradicação do analfabetismo;
- h) intensificar a formação de tecnólogos, altamente demandados pelo setor industrial, e que entrou em declínio na década de 80;
- i) estimular a expansão de vagas nas áreas de engenharia, mudando o perfil da formação universitária brasileira e de sua base técnico-científica, para atender as demandas e necessidades do País;
- j) promover a reformulação da aprendizagem industrial (Senai), enfatizando o treinamento de analistas de sistema e programadores;
- k) desenvolver mecanismos que contribuam para atenuar a tendência corporativista das organizações profissionais e das instituições de educação, ciência e tecnologia. Estimular atividades que envolvam a participação interdisciplinar, interinstitucional e interprofissional;
- l) promover a aproximação das universidades com os setores de produção, inclusive, através dos centros e institutos de P&D;
- m) estimular a incorporação de recursos humanos qualificados, no setor produtivo;
- n) permitir as empresas a aplicação direta dos recursos que recolhem para o

salário-educação, para beneficiar a comunidade onde as mesmas estão instaladas, sob seu próprio controle e fiscalização;

o) privilegiar a aplicação dos recursos públicos obrigatórios destinados a educação, para melhoria dos salários e das condições de trabalho docente, em relação a construção de prédios e instalações de luxo.

4. Recomendar ao Poder Executivo que suas proposições, nos setores específicos da graduação, da pós-graduação e da formação de recursos humanos, contenham mecanismos que possam:

a) ampliar a base técnico-científica nacional, corrigindo-lhe o perfil para atender as demandas e necessidades do desenvolvimento sócio-econômico do País, mediante intensificação dos programas de formação de recursos humanos, nas áreas associadas as tecnologias de ponta;

b) estimular a qualificação dos recursos humanos dos institutos de pesquisa e desenvolvimento das empresas, mediante cooperação e intercâmbio com as instituições de ensino superior;

c) promover uma revisão da política de pós-graduação, no sentido de corrigir o tempo médio de titulação, excessivamente alto, e atenuar a distorção na distribuição dos programas de doutorado, altamente concentrados na região Sudeste;

d) garantir a absorção dos mestres e doutores formados no Brasil e no exterior. Dar consequência efetiva ao esforço nacional de formação e qualificação de recursos humanos;

e) assegurar o valor real das bolsas, mantendo o seu vínculo aos salários das instituições federais de ensino superior;

f) incrementar a formação de doutores no país e no exterior para aumentar a massa crítica de pesquisadores, particularmente nas áreas das engenharias;

g) promover o trabalho acadêmico nas universidades, nos centros e nos institutos de pesquisa, associando-os a demanda tecnológica do país;

h) desenvolver a capacitação tecnológica relacionada com o domínio de matérias-primas de origem nacional (nióbio, urânio, titânio, tântalo) consideradas de importância estratégica para o país, inclusive para aplicações alternativas, a matérias-primas importadas;

- i) assegurar continuidade administrativa e gerencial as instituições públicas de C&T;
- j) promover atividades de acompanhamento e avaliação dos programas e projetos de fomento a pesquisa, por intermédio de rígidos padrões para as instituições civis e militares;
- l) manter ativas as equipes de pesquisa e desenvolvimento;
- m) estimular a permanência de doutores nos sistemas educacional, científico, tecnológico e produtivo, evitando-se as aposentadorias precoces de pessoal qualificado;
- n) promover o equilíbrio orçamentário do fomento do CNPq, incrementando o apoio a pesquisa;
- o) garantir a continuidade do fluxo de recursos para o fomento a P&D, considerando a estabilidade como um fator ainda mais importante do que o volume total dos investimentos para o setor.

5. Propor ao Poder Legislativo, por intermédio do Congresso Nacional, ou por iniciativa de uma Casa, mudanças em normas legais, inclusive constitucionais, no sentido de que sejam instrumentalizadas propostas para:

- a) flexibilizar a legislação atual para viabilizar a contratação de pessoal altamente qualificado nas universidades e nos institutos de pesquisa, garantindo-lhe salários adequados aos seus níveis de formação;
- b) permitir a contratação de professores e pesquisadores estrangeiros (Emenda Constitucional);
- c) definir, dentro do Regime Jurídico Único (RJU), um plano específico de cargos e salários que atenda as particularidades dos docentes, técnicos e pesquisadores atuantes nas universidades, institutos de pesquisa e desenvolvimento e nas instituições públicas de ciência e tecnologia.

6. Recomendar ao Poder Executivo que suas proposições, relacionadas com as políticas industrial, de abertura de mercado e de competitividade, tenham por objetivos:

- a) promover uma mudança no atual padrão industrial brasileiro, mediante apoio a criação de pequenas e médias empresas de base técnico-científica;
- b) incentivar a instalação de parques científicos e tecnológicos, visando a sustentação e a criação de empresas intensivas em tecnologia;
- c) promover a criação dos “laboratórios associados” em interface com a indústria;
- d) incentivar os investimentos privados em C&T;
- e) promover P&D nos setores monopolizados ou concedidos pelo setor público;
- f) definir áreas prioritárias para orientar os investimentos públicos em C&T;
- g) evitar compra de pacotes tecnológicos inadequados às condições brasileiras;
- h) promover a articulação entre a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico industrial, nas áreas de ponta, especialmente em: microeletrônica; mecânica fina e de precisão; química fina; energia nuclear para fins pacíficos; hardware; software; geofísica e geoquímica; capacitação e instrumentação laboratorial; sensoriamento remoto; biotecnologia; e segmentos da informática;
- i) priorizar o desenvolvimento da pesquisa aplicada nos ministérios militares, mobilizando a organização civil para o desenvolvimento da ciência básica;
- j) recuperar e modernizar a infra-estrutura dos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento para superar a obsolescência de equipamentos.

7. O Poder Legislativo, dentro da sua área de competência constitucional, deve fiscalizar, modificar e aperfeiçoar as propostas do Poder Executivo, relacionadas com os atos e acordos internacionais, para que sejam atingidos os parâmetros mínimos do interesse nacional, especialmente no que tange a:

- a) promover o intercâmbio entre as universidades e centros de pesquisa do Brasil com instituições estrangeiras, inclusive para absorção de novos conhecimentos tecnológicos e obtenção de documentação técnica;
- b) contornar as restrições a P&D resultantes de acordos internacionais;
- c) evitar acordos militares com potências estrangeiras pois trazem embuti-

dos, na sua maioria, “pacotes tecnológicos” que impedem o desenvolvimento de produtos mais modernos, por meio de empresas brasileiras, provocando, ainda, uma grande desarrumação na pesquisa científica e tecnológica nacional;

d) condicionar as cláusulas dos acordos internacionais de importação a maior agregação tecnológica interna (transferência de tecnologia);

e) incluir em acordos internacionais ou bi-nacionais, onde o país deva ceder em políticas estratégicas, dispositivos que venham a garantir a contra partida de benefícios nacionais.

8. Propor ao Poder Executivo ou modificar os seus atos, dentro da competência do Poder Legislativo, relacionados com as comunicações, objetivando:

a) promover a divulgação científica-tecnológica, visando o bem-estar da sociedade;

b) fortalecer o sistema público de comunicações;

c) rever o papel do rádio e da televisão educativa, em todos os níveis de atuação, visando a formação profissional, a divulgação das políticas estratégicas em C&T e os programas relacionados com a ecologia e com o meio ambiente;

d) especializar o jornalismo científico no Brasil;

e) consolidar e fortalecer o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

9. Elaborar projeto de lei específico para cultivares e microorganismos, com cláusulas para o impedimento de patenteamento de processos e prevendo o de produtos, com prazo de validade de 15 anos.

10. Solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização de uma auditoria a respeito da Central Trópico, desde a definição de seu desenvolvimento pelo antigo Ministério das Comunicações, por meio do CPqD da Telebras, o repasse à indústria nacional para a sua fabricação e, especialmente, a violenta queda de preços das centrais telefônicas fornecidas pelas empresas multinacionais instaladas no país, a partir do momento em que a Central

Trópico passou a ser ofertada nas licitações, pelos fabricantes nacionais, fato que apresenta indícios de sobrepeso anterior ou dumping posterior, em ambos os casos configurando-se um crime.

11. Recomendar ao Poder Executivo que estabeleça uma política integrada para o complexo eletrônico no Brasil, envolvendo as indústrias de informática, software, bens eletrônicos de consumo, telecomunicações, microeletrônica etc, que possibilite o surgimento de uma indústria nacional forte neste complexo, considerando, entre outras vantagens, a capacidade desta indústria de alavancar o desenvolvimento do país.

12. Recomendar ao Poder Executivo que estabeleça normas claras e objetivas para a utilização do poder de compra do Estado, a fim de possibilitar o desenvolvimento da indústria nacional. A CPMI observou que tal utilização, por exemplo, foi estabelecida inicialmente para a Central Trópico, mas não foi implementada no momento em que a Central chegou ao mercado.

13. No estabelecimento das políticas nacionais para os diversos setores, a ciência e a tecnologia não devem ser consideradas simplesmente como uma mercadoria que o país, não possuindo, possa adquirir de quem a tem, mas como uma pré-condição indispensável que, não sendo desenvolvida internamente, não estará disponível para alavancar o desenvolvimento nacional. Isto porque os países desenvolvidos consideram uma série muito grande de tecnologias como sensíveis, não as transferindo, e também porque até para absorver tecnologias é preciso estar capacitado tecnologicamente.

14. Recomendar ao Poder Executivo que promova o saneamento e a recuperação dos institutos governamentais de pesquisa, como o CNPq e os institutos a ele ligados, os institutos vinculados as empresas estatais como o Cenpeo, o Cepel, o CPqD, os institutos militares, os vinculados as universidades etc. A primeira e imediata providência devem ser a efetiva liberação das verbas estabelecidas no orçamento.

15. Recomendar ao Poder Executivo que mantenha o CPqD da Telebras como um centro de criação de tecnologias, com garantias de verbas e de aquisição de seus desenvolvimentos pelo Sistema Telebras, e que suspenda a sua transformação em um órgão de assessoria, como está ocorrendo.

16. Recomendar ao Poder Executivo que faça uma recuperação dos salários dos cientistas e pesquisadores, visando, num primeiro momento, deter a sua evasão e, após, estimular o ingresso de novos profissionais.

17. Incentivar a instalação de pólos científicos e tecnológicos no País, visando a criação de empresas intensivas em tecnologias.

18. Concluir a implantação do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), do CNPq.

19. Recomendar ao Poder Executivo que conclua as instalações, no momento suspensas, dos diversos 'laboratórios programados para o Centro Tecnológico para a Informática (CTI).

20. Fortalecer o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e os seus programas, tendo por metas:

a) consolidar o Centro de Aplicações de Satélites Ambientais (Casa), ampliando a rede de estações meteorológicas;

b) concluir as instalações e iniciar as atividades do Centro de Previsão do Tempo e Estudo Climático (Ceptec);

c) aperfeiçoar as estações de recuperação e de processamento de dados de satélites de sensoriamento remoto;

d) assegurar o cumprimento dos objetivos e compromissos do Brasil com relação ao acordo sino-brasileiro, destinado ao desenvolvimento do conjunto de satélites de recursos terrestres que prevê a fabricação e o saneamento de dois satélites de sensoriamento remoto.

21. Regulamentar o artigo 218 da Constituição Federal, estabelecendo uma Política Nacional para a Ciência e Tecnologia.

22. Recomendar ao Poder Executivo que dinamize os mecanismos de apoio a pequenas e médias empresas nacionais, especialmente voltados a exportação, incluindo incentivos para a formação de consórcios.

23. Adequar os processos produtivos das empresas nacionais ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, levando em consideração os custos e o tempo necessário para que as empresas nacionais possam atingir maior competitividade.

24. Garantir uma reserva de mercado às indústrias nacionais, a exemplo de todos os países que se desenvolveram, que deverá exigir, como contrapartida,

o investimento em P&D, a formação de recursos humanos e a venda para o mercado externo. Esta política deveria ser sustentada por um período longo (nos EUA e no Japão foram necessários mais de 15 anos para se alcançarem resultados).

25. Destinar um percentual fixo da arrecadação para a manutenção das universidades federais, a exemplo do Estado de São Paulo.

26. Realizar diagnóstico permanente da possível correlação entre a introdução de novas tecnologias e a marginalização da força de trabalho, estabelecendo mecanismos de negociação entre as partes envolvidas.

27. Definir a educação como a base primeira do desenvolvimento nacional em todos os campos e, especialmente, em C&T. Sem ela, os conhecimentos científicos e tecnológicos são deficientemente gerados e pior absorvidos pela população.

28. Recomendar ao Poder Executivo que fixe alíquotas de importação em patamar elevado, por período não inferior a cinco anos, com tarifas mais reduzidas para componentes.

29. Incentivar a criação de grandes indústrias, a partir de pequenas e médias empresas, sem o que não haverá condições de se realizarem os vultosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento exigidos pelo atual quadro competitivo, ou até mesmo para entrar em joint ventures em condições de igualdade.

30. Utilizar, na política industrial e tecnológica, o conceito de competitividade sistêmica, não limitada ao desempenho das empresas, mas abrangendo outros aspectos, como a educação, a estrutura industrial, a infraestrutura, as condições de financiamento.

31. Estabelecer critérios que garantam aos trabalhadores a participação nos ganhos de produtividade, bem como possibilitem a sua reciclagem, sempre que deslocados pela introdução de novas tecnologias.

32. Desenvolver uma política não discriminatória de ciência e tecnologia, que possa favorecer um grande contingente de produtores, de pequenos agricultores e de agricultores sem-terra.

33. Recomendar a CNI e as suas filiadas a participação das empresas de capital privado na absorção de resultados tecnológicos obtidos pelas instituições de pesquisa e desenvolvimento, como forma de validação tecnológica, dentro de uma sistemática que obedeça a padrões de avaliação regulares e periódicos, procedidos por uma comissão externa de peritos e especialistas internacionais.

34. Incentivar as empresas de capital privado para a formação de associações tecnológicas de modo a permitir a integração da pesquisa interdepartamental e multidisciplinar, na integração da empresa e universidade.

35. Estimular as empresas de capital privado a financiar e garantir suporte ao desenvolvimento de protótipos e produtos, nos centros de pesquisa e universidades, estabelecendo relação de benefício mútuo entre empresas e entidades de pesquisa e desenvolvimento.

36. Estimular as empresas de capital privado ou suas associações a constituir consórcios na gestão de centros de pesquisas e desenvolvimento de modo a especificar a demanda empresarial, compartilhar custos, flexibilizar a administração da pesquisa e gerar benefícios no avanço da tecnologia e na criação de novos produtos.

37. Propor ao Poder Executivo a revisão da política monetária e fiscal no período de recessão econômica, de forma a viabilizar investimentos, a prazos mais longos, na mudança tecnológica, uma vez que as altas taxas de juros e a tributação “em cascata” têm sido o maior obstáculo a renovação tecnológica das empresas.

38. Recomendar as agências financeiras oficiais e, particularmente, aos bancos de desenvolvimento, a inclusão de cláusula específica de incorporação de tecnologia nos contratos de financiamento as empresas de capital privado.

39. Propor ao Poder Executivo a revisão do critério de tarifa-zero na importação de produtos não fabricados internamente, de modo a permitir pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos industriais, alterando-se o efeito de seletividade invertida na política comercial.

40. Recomendar ao Poder Executivo uma atuação permanente e incisiva quanto a política de comércio e tarifas dos países industrializados, no

âmbito do Gatt e acordos internacionais, visando as trocas comerciais de produtos agrícolas pelo menos em termos equânimes, com o objetivo de minorar os efeitos perversos da política de subsídios agrícolas daqueles países, causa da imobilização tecnológica na agricultura brasileira.

41. Recomendar a Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada da apreciação da Lei da Propriedade Industrial e ao Senado Federal:

I - A atenção para o fato de que o reconhecimento de patentes internacionais:

- a) inibe a industrialização nacional;
- b) estabelece reserva de mercado para quem detêm o direito de fabricação de um produto por tempo determinado;
- c) estabelece o monopólio de comércio nas áreas vinculadas as patentes;
- d) promove a elevação de preços das matérias-primas e produtos monopolizados.

II - Além disso, recomenda-se:

- a) não conceder patentes sobre variedades vegetais e animais, microorganismos e produtos microbiológicos, inclusive processos microbiológicos;
- b) não considerar a retroatividade para o registro dos pedidos de patentes;
- c) não aceitar o prazo das patentes de invenção de 20 anos (admitir-se um prazo de 15 anos);
- d) não conceder patentes no curto prazo para alimentos, medicamentos e químicos (substâncias, matérias, misturas e produtos);
- e) não considerar importação como produção efetiva no território nacional;
- f) não aceitar o instituto da oferta de licença;
- g) não aceitar a novidade absoluta. Incluir apenas a novidade relativa (independente de registro no exterior) na avaliação dos pedidos de patentes.

42. Instituir uma Câmara Setorial para Ciência e Tecnologia, com o envolvimento de todos os agentes responsáveis pela produção do conhecimento, geração de tecnologia, setor produtivo, órgãos de financiamento, mercado, pesquisadores, entre outros, das diversas áreas de C&T, com competência para examinar, avaliar e estabelecer diretrizes a respeito dos problemas de C&T, como definição da proposta orçamentária, política de capacitação de recursos, estabelecimento de prioridades.

6. CONCLUSÃO

O conjunto de depoimentos proferidos nas sessões da CPMI do atraso tecnológico, registrado por relatórios setoriais, na análise diagnóstica e nas proposições temáticas, revela contexto caracterizado, fundamentalmente, por:

- A política de desenvolvimento econômico e social, de reconhecida prioridade nacional, em razão dos novos paradigmas de sustentação de sistemas e processos produtivos, e indissociável de ações estratégicas, metas, diretrizes e política de ciência e tecnologia.
- O atual cenário de transição política e econômica, de âmbito nacional e internacional, em que se processam as transformações de estrutura, com significativos efeitos sobre processos de produção, notadamente daqueles produzidos pelas novas tecnologias, e o momento propício ao estabelecimento decisivo das bases adequadas e possíveis ao desenvolvimento científico e tecnológico, como estratégico fator de alavancagem, expansão e integração do desenvolvimento econômico e social, e de fortalecimento e dinamização de mercados interno e externo.
- A estrutura produtiva nacional, integrada por sistemas de produção de bens e serviços de reconhecida significância internacional, associada a seus recursos de elevado valor estratégico, oferecem um conjunto de oportunidades e vantagens para identificação e caracterização de programas de desenvolvimento científico e tecnológico, que integrados as macro-políticas nacionais de médio e longo alcance, deverão propiciar condições para agregação de valores e geração de produtos com importantes efeitos de produtividade, de qualidade e de competitividade.
- A reorganização da base produtiva nacional, por meio da incorporação de novos fatores tecnológicos, de forma adequada aos requisitos demandados

pelo contexto sócio-econômico nacional e, ainda, de maneira a compatibilizar os atributos de oportunidade e vantagens comparativas, deve ser associada à incorporação de novos conceitos de gestão de negócios, que produzam os efeitos de produtividade, qualidade e competitividade, além de transformações de estruturas nas relações de trabalho, objetivando um novo patamar de participação, motivador de ágeis e eficazes processos de comunicação para tomada de decisão em tempo real.

- O estabelecimento de ações, diretrizes e políticas de desenvolvimento da ciência e tecnologia, associadas as macro políticas nacionais, deve produzir efeitos consistentes e duradouros, por intermédio de processo de compatibilização e consolidação de compromissos nacionais de seus agentes econômicos e sociais, de forma a caracterizar e atribuir responsabilidades de competência do Estado e do setor privado, em empreendimentos para viabilização integrada daquelas macro-políticas.
- O processo de compatibilização e consolidação de compromissos nacionais, envolvendo os agentes econômicos e sociais, devido à necessária incorporação de componente político, tem no Congresso Nacional o importante lugar para articulação, processamento e definição das formas de compatibilização desses compromissos nacionais.
- O processo de geração tecnológica, pesquisa e desenvolvimento, embora atribuição dos agentes econômicos do sistema produtivo, ficou restrito às esferas da administração pública e de raros setores da iniciativa privada, especificamente, de empresas de capital nacional.
- A dinâmica de mercado fortalece as estruturas de poder econômico e nem sempre viabilizam processos de adoção tecnológica de esforços endógenos.
- Os nascentes processos de pesquisa e desenvolvimento e geração tecnológica impescindem de sistemáticos e eficazes mecanismos de adoção tecnológica e, de outro modo, de seletivo tratamento mercantil de proteção da vulnerabilidade competitiva.
- Entre as áreas de oportunidade e vantagens competitivas a serem identificadas, sobressaem a ampla cadeia agroeconômica, determinadas áreas de automação de processos, a engenharia de software e integração de sistemas.
- A opção tecnológica fundamentalmente associada a definição da estratégia

de governo e, portanto, a escolha de alternativas tecnológicas molda o futuro do Brasil; assim, o país deve contar com mecanismos que permitam a avaliação de alternativas tecnológicas para sua seleção e de adequado locus de decisão de alto nível, com caráter supra-ministerial.

- As atribuições de estados e municípios, quanto aos processos de desenvolvimento científico e tecnológico integrados as metas estratégicas de desenvolvimento econômico e social, são tão relevantes quanto as da esfera Federal e, por conseguinte, devem incorporar, em seus respectivos planos prioritários os conceitos, medidas e ações recomendados por esta CPMI.
- Proposituras legislativas de elevada importância econômica e política, em tramitação no Congresso Nacional, como a Lei da Propriedade Industrial, devido aos impactos nas relações de comércio internacional e seus desdobramentos, sobretudo, nas políticas econômica, industrial, agrícola e de ciência e tecnologia do país, exige, principalmente na esfera do Mercosul, prévio processo de acordo de princípios mínimos de governo, que defina um conjunto de parâmetros e diretrizes para compatibilização de mecanismos de inclusão e exclusão de elenco de produtos e processos, como as microbiologias e microorganismos, e respectivos prazos de validade de reconhecimento de patentes.
- A integração de estratégias de ação de ministérios e secretarias da Presidência da República deve ser processada por meio de estrutura orgânica colegiada de alto nível, investido de caráter deliberativo e, em casos como os atuais órgãos específicos, como o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, pode, eventualmente, demandar medidas de compatibilização, adaptação ou reformulação.

Por conseguinte, levando em conta aquelas considerações de caráter estrutural do sistema econômico, político e social do País, e ainda, a necessidade de implementação de estruturas orgânicas para o encaminhamento efetivo das proposições apresentadas por esta CPMI do Atraso Tecnológico, este Parecer enfatiza a necessidade da implantação dos seguintes órgãos:

A) NO ÂMBITO DO CONGRESSO NACIONAL

O Conselho de Altos Estudos para Avaliação Tecnológica, ainda no exercício de 1992, através da regulamentação de instrumento do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que prevê a instituição desse Conselho.

Finalidade: dotar a Câmara dos Deputados de estrutura orgânica com instrumentos e métodos sistematizados para processar a avaliação tecnológica e seus impactos no sistema produtivo, e oferecer parâmetros de referência indispensáveis a análise e julgamento de proposições legislativas.

B) NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO

I - A Câmara Setorial da Ciência e Tecnologia, por segmentos setoriais, ainda neste semestre de 1992, envolvendo os respectivos agentes desses segmentos da produção científica e tecnológica, dos sistemas de produção de bens e serviços, do sistema financeiro, das instituições de relações do trabalho e ministérios afins e respectivos órgãos.

Finalidade: análise e avaliação de questões conjunturais que afetam o setor e estabelecimento de soluções que assegurem o cumprimento das metas prioritárias de macro-políticas nacionais, com vistas ao desenvolvimento econômico e social do país.

II - O Conselho Nacional de Integração do Desenvolvimento Econômico, Social, Científico e Tecnológico, com caráter deliberativo, ainda no exercício de 1992, constituído por ministros de Estado e secretários da Presidência da República; representantes das instituições de ensino, ciência e tecnologia do setor público e privado; representantes de associações de classe (indústria, comércio, serviços e cadeia agrícola); representantes dos trabalhadores; e representantes das instituições de fomento e financiamento público e privado.

Finalidades:

- compatibilizar, consolidar e estabelecer as macro-políticas nacionais associadas à política da ciência e tecnologia, objetivando a integração do desenvolvimento econômico e social;
- acompanhar e avaliar, sistematicamente, a execução das macro-políticas nacionais e deliberar sobre medidas de reorientação, ajustes e correções, de forma a assegurar o cumprimento das prioridades nacionais, objetivando o desenvolvimento econômico e social do país;
- estabelecer medidas e instrumentos propiciadores da integração de planos setoriais, e assegurar o processo de incorporação de inovações tecnológicas nos sistemas de produção e comunicação intersetoriais;

- estabelecer e assegurar a alocação e a disponibilidade de recursos compatíveis com as necessidades de metas prioritárias de macro-políticas nacionais, principalmente através da formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e Orçamento Plurianual;
- estabelecer nos respectivos planos setoriais à incorporação de medidas que assegurem a melhoria da produtividade, anualidade e competitividade nos sistemas e processos de produção, principalmente, os conceitos inovadores de gestão de negócios e de forma estrutural orgânica associativa entre a administração pública e privada, com caráter empresarial de risco;
- compatibilizar as metas de programa de estabilização econômica, priorizando as metas de planos de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social.

Ante o exposto, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, após ouvir os depoentes e analisar a documentação recebida e solicitada aos expositores e aos mais variados órgãos do Poder Executivo, as empresas privadas e estatais que foram envolvidas nas sucessivas audiências, considera encerrado, nesta fase, seu trabalho.

Assim, se as considerações contidas na síntese dos depoimentos e no elenco de medidas e proposições oferecidas pela Relatora constituírem o ponto de vista predominante dos membros da Comissão, considera-se este documento o Parecer definitivo desta CPMI, a ser submetido aos senhores Membros do Congresso Nacional, por meio do respectivo Projeto de Resolução.

É o parecer.

SENADOR MÁRIO COVAS
Presidente

DEPUTADA IRMA PASSONI
Relatora